

Primeiro batalhão da ONU chega ao país em Janeiro

● Espera-se para breve conclusão da formação de todas as comissões

O primeiro batalhão dos «capacetes azuis» chega a Moçambique em Janeiro próximo, coincidindo com a fase de acantonamento dos membros do Exército governamental e da Renamo. Entretanto, prevê-se para próximos dias a

Os oito mil elementos da Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ) e as suas funções no país foram recentemente propostos pelo Secretário-Geral da ONU, Boutros Ghali, ao Conselho de Segurança, em Nova Iorque.

A Resolução 797 emanada daquela organização internacional contém o número, objecto e extensão da acção dos membros da ONU em Moçambique e o financiamento da operação é sustentado pela contribuição das Nações Unidas para o processo de pacificação e democratização do país, segundo o Acordo Geral de Paz assinado entre o Governo e a Renamo, na Itália.

O Representante Especial Interino de Boutros Ghali em Moçambique especificou que o contingente dos «capacetes azuis» a ser enviado para o país inclui cinco batalhões de infantaria, com 850 homens cada, perfazendo 4250 elementos armados. Destes, somente um terço vai estar em reserva permanente, para permitir melhor rotação do pessoal, que estará em serviço no Norte, Centro e Sul do país.

«Quer dizer, em termos operacionais teremos 3 000 «capacetes azuis», clarificou Aldo Ajello.

A sua função específica é a da protecção das rotas de abastecimento alimentar às populações necessitadas, visto que a sua entrada em operações vai coincidir com a desmobilização de efectivos armados do Governo e da Renamo.

Indagado se os números de distribuição dos observadores militares armados das Nações Unidas vão cobrir a extensão territorial de Moçambique, Aldo Ajello respondeu negativamente e esclareceu que as funções deste contingente são transitórias. «As suas actividades vão cessar logo que esteja formado o Exército nacional único», sublinhou.

Lamentou que alguns deputados presentes à quinta sessão da Assembleia da República recentemente realizada em Maputo tivessem levantado um falso problema com a presença de «capacetes azuis» em Moçambique, que foram solicitados

pelos países para cabal cumprimento do Acordo Geral de Paz:

«É falta de informação corrente», frisou, adiantando que a UNOMOZ não pretende e nem vai substituir ou limitar a soberania e a gestão do poder pelo Governo legítimo de Moçambique.

Aldo Ajello explicou que dos 8 000 membros da UNOMOZ, vai haver um batalhão de logística para as populações civis e um outro de engenharia.

Os observadores militares das Nações Unidas integrados no batalhão de engenharia têm como funções a reabertura de estradas e outras vias de

conclusão da composição das comissões inscritas no Acordo Geral de Paz, revelou ontem em Maputo ao «Notícias» o Representante Especial Interino das Nações Unidas no nosso país, Dr. Aldo Ajello.

fiscalização do seu processo de desmobilização.

A quinta formação da UNOMOZ é composta totalmente por 220 observadores eleitorais, que vão intervir na última fase da campanha.

Adicionalmente, haverá um pequeno elenco que vai assegurar e apoiar o Representante Especial Interino da ONU em Moçambique nos aspectos legal, eleitoral, económico e outros.

FORMAÇÃO DA COMPOL E COMINFO PREVISTA PARA PRÓXIMOS DIAS

Na próxima terça-feira está agendada uma reunião presidida pelas

Nações Unidas, em que vão participar representantes do Governo e da Renamo para o estabelecimento de linhas-mestra conducentes à formação das Comissões Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL) e Nacional de Informação (COMINFO).

Estas duas comissões estão previstas no Protocolo IV — o mesmo que inclui a formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), a retirada das tropas estrangeiras do território moçambicano, a actividade de grupos armados privados e irregulares, o funcionamento do SISE, a despartidarização e reestruturação das

forças policiais e a reintegração económica e social dos militares desmobilizados.

A COMPOL e a COMINFO são órgãos compostos por 21 membros cada e destinam-se a prevenir actuações da Polícia da República de Moçambique (PRM) e do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) para que não violem a legalidade ou os direitos políticos dos cidadãos.

Ambos os órgãos — que deveriam entrar em funcionamento 15 dias depois do Acordo Geral de Paz e depois de constituídos pelo Presidente da República — serão compostos por seis cidadãos apresentados pela Renamo, seis pelo Governo e os restantes resultantes de consultas feitas pelo Chefe do Estado junto das forças políticas do país e entre cidadãos singulares.



Dr. Aldo Ajello, Representante Especial Interino das Nações Unidas em Moçambique

comunicação, desminagem e formação de pessoal moçambicano para o prosseguimento do levantamento dos campos de minas, visto ser uma operação que vai prosseguir por muito mais tempo, mesmo depois do termo da UNOMOZ.

«É preciso preparar os desmobilizados para estas tarefas, visto que é necessário localizar, identificar, neutralizar e levantar os campos de minas que existem no país», afirmou.

O quarto grupo de observadores militares é composto por 350 elementos não armados, que vão ficar afectos aos locais de acantonamento das forças governamentais e da Renamo e

NOTÍCIAS - 25-12-92